

**"NADA DE
NÓS,
SEM NÓS"**

REPRESENTATIVIDADE

Dilemas de nosso Tempo

Sebastião Everton de Oliveira



REPRESENTATIVIDADE

"NADA DE NÓS SEM NÓS"

Dilemas de nosso Tempo

Sebastião Everton de Oliveira

Oliveira, Sebastião Everton de.
Representatividade: Nada de nós sem nós. Dilemas de nosso tempo [livro eletrônico] / Sebastião Everton de Oliveira. --1.ed.
-- Belo Horizonte : Ed. do autor, 2020.
8.58 MB; PDF

Bibliografia
ISBN 978-65-00-12274-9

1. Não-lugares; 2. representatividade; 3. inclusão social; 4. democracia; 5. participação social
- I.Título.



ISBN: 978-65-00-12274-9



Inspirações para esses diálogos:

Analise Da Silva, Suzane Almada, Áurea Carolina, Célia Xacriabá, Nívea Sabino, Etiene Martins, Mirian Alves, Neusinha Assis, Dóris Samba, Nádia Rodrigues, Andrea de Jesus, Macaé Evaristo, Nilma Gomes, Claudia Mayorga, Marlice Matos, Alice Silva, Rejane F. Reis, Cérise Alvarenga, Sheyla Bacellar, Érika Cruz, Márcia Hermógenes, Juliana Baldo, Sonia Guajajara, Fabiana Batista, Nazaré Fonseca, Elisângela, Marisa Pereira, Conceição Evaristo, Susana Maia, Benedita da Silva, Larissa Amorin, Luana vieira, Elizabeth Caetano, Nena, Danúbia Gardênia, Débora Rodrigues, Eneida, Elci Teixeira, Lucinha Alvarez, Majú Coutinho, Aline Aguiar, Fernanda Godinho, Fabiana Leite, Dona Leci, Jozeli Rosa, Luana Costa, Benilda Brito, Célia Nahas, Roseane Linhares, Marisa Martins, Moara Saboia, Cristiane Ribeiro, Alexandra, Giovanna Costa, Juhlia Santos, Lili viatura, Tia Sirlene Teixeira, Kate Rocha, Marielle Franco, Vanessa Beco, Priscylla, Glaucia, Rejane do Rosário, Shirley Miranda, Augusta, Carmem, Flávia valle, Tia Maura, Daniele Tyffani, Symaira Nonato, Flávia Julião, Fabíola Rabello, Fabiana de Paula, Cristal Lopes, Kimi Tomisaki, Ana Karina Brenner, Mônica Peregrino, Paola Abreu, Priscila Marinho, Graça Coral, Ana Beatriz, Claudia Solvelino, Cristiane Ribeiro, Vitória Régia, Rosane Pires, Patrícia Freitas, Rosalva Portela, Rosária, Júhlia Santos, Giovanna Heliodoro, Tia Luíza, Silvia Regina, Angélica Nathalia, Dona Rosa, Mel, Alexandra, Vanessa Dias, Vânia Diniz, Mari Fonseca, Ana Reis, Juliana Reis, Tina, Sol, Claudia, Vi Coelho, Dalcira Ferrão, Marília Campos, Lucilene Gomes, Kessiane Goulart, Thai, Amandinha, Polly, Laila, Cleonice, Cleo, Marlice Matos, Maíra Neiva, Andrea Marques (eterna), Márcia Alves, Juliana Galberto, Tica, Cássia Vieira, Fernanda Meneses, Elene Victória, Brécia, Djamilia Ribeiro, Talíria P. Júlia Rocha, Claudinha, Fernanda Meneses, Sâmia, Ir. Tomelina, Licínia, Karla C., Claudinha, Luciene B, Rosa, Flávia Tambor, Dona Socorro, Janaína Firmino, Maria Rosário, Carol Abrel, Vitória Régia, Zaika, Paola Abreu, Flávia Nolasco, dentre tantas mulheres que nos ensinam sobre si e as desigualdades de nosso tempo.

Oliveira, Sebastião Everton de

Representatividade: Nada de nós sem nós. Dilemas de nosso Tempo [livro eletrônico] / Sebastião Everton de Oliveira.--1.ed. -- Belo Horizonte: Ed. do Autor, 2020. 8.58 MB; PDF

Revisão de conteúdo e colaboração:

Lucas da Silva Reis, Eder D'Artagnan, Cérise Alvarenga e Geraldo Leão

Designer – reciclagem de mídia/ acervo de imagens de acesso público

Contato: sebastianpj06@gmail.com



Este livreto aborda a problemática da representatividade, tomando como base a existência de uma considerável apatia política, um alto grau de abstenção e baixa representatividade das pessoas comuns no Sistema Político, culminando numa frágil identificação da população com os partidos e com os políticos, além de um “esvaziamento” intencional, pela mídia de massa, da esfera pública (GODINHO, 2015). Essas questões compõem cenários sofisticados de apagamento da corporeidade e intelectualidade de algumas identidades em espaços com capacidade de decisão e exercício do poder.

Situações como essas ocultam e invisibilizam muitos sujeitos e comprometem respostas positivas acerca de suas precariedades, sobretudo na garantia da qualidade de vida das “maiorias” sociais, subalternizadas ou silenciadas da agenda política. Além disso, revelam o acirramento desses sujeitos com a institucionalidade, perpetuando uma considerável descrença e descrédito nas ritualidades dos espaços governados; uma crise que revela, por exemplo, um (des)governo que faz com que as pessoas tenham que “ter direitos e proteção” por elas mesmas.

Diante disso, reconhecemos importantes ciclos de redemocratização política no Brasil, mas consideramos o início de novos ciclos societários, especialmente interrogando o Estado e seu papel protetivo. Assim, vemos ecoar fortemente nas ruas e nas instituições sociais novos clamores para a qualificação da democracia em exercício e a busca de uma inclusão não seletiva e com protagonismo mais coletivizado.



Essa situação de desajustamento e exclusão de algumas identidades no campo da proteção, torna-se cômoda aos poderes públicos, já que enfraquecem o sentido da esfera pública. Uma negligência, que faz com que as pessoas construam novos movimentos, canais de comunicação e proteção para sobreviver.

Diante deste contexto, numa condição de não educação para a participação política, em que medida seria necessário problematizar a responsabilidade do estado? A dificuldade de compreensão das estruturas sociais contribui para a não representação? Ao superar essa compreensão, já seria possível a superação dessas fronteiras e ampliação dessa representatividade? A ideia de representatividade deveria ser substituída por outra concepção mais eficaz?

Essas e outras questões inspiram nosso diálogo por aqui e apontam para a urgente e necessária radicalização do sistema democrático global, sobretudo para renovação das tecnologias sociais, novas indagações e fortalecimento dos direitos conquistados, mas também ampliação e inovação dos mecanismos de acesso e usufruto desses direitos, que apesar de legal e fragilmente assegurados, nunca foram presentificados por algumas populações.



"Nós por nós!"

Este material segue com um agradecimento especial ao Prof. Dr. Gerado Leão, meu orientador no Doutorado da FAE/UFMG



ck
ges
iS
by G

PARTE 1

UM SISTEMA-MUNDO QUE PRODUZ NÃO-LUGARES

by Getty Images™

AMÉRICA LIVRE

América Latina de sangue e suor
Eu quero pra ti um dia melhor
Este povo que sofre pela mesma razão
Grita por liberdade numa nova canção.

*/:América, América sou teu filho e digo,
Um dia quero ser livre contigo: /*

América morena do velho e do novo
Construindo a história na luta do povo
Numa guerra de força contra o imperialismo
Que dos povos da América é o grande
inimigo.

América minha quero te ver um dia
Teu povo na rua com a mesma alegria
Gritar a vitória no campo e cidade
E empunhar a bandeira da liberdade.

(Jacir Strapazzan – Milico)

A colonização das Américas trouxe um novo padrão de dominação mundial - de exploração e de força de trabalho (escravismo), com objetivo de alargar o comércio e a exportação mundial, de forma nunca vista na história. Este processo fundou também **uma nova racionalidade, onde o conhecimento e desenvolvimento foi central para construir relações e padrões de inferioridade e superioridade**. Além de trazer consigo uma sobreposição aos modos de enxergar a vida, apagando muitas culturas ou submetendo-as a uma "normalidade" e ao enquadramento numa lógica como culturas atrasadas ou arcaicas, num desenvolvimento centrado num único modelo de cultura - o Europeu. (QUIJANO, 2010)

Porém, como se sabe, **esse padrão-Global parece estar em crise, transição ou mutação**, como nos lembra Quijano, trazendo uma oportunidade para eliminar a sua procedência. Uma oportunidade que sugere também o abandono dessa perspectiva econômica como valor máximo de condução da vida, além da necessária "descolonização do poder". Desta maneira, esse deslocamento parece colocar em xeque e interrogar os seus próprios fundamentos.

É problematizando essa experiência coletiva de violência sistêmica da história de nossa humanidade que buscamos olhar para a formação social, porém, tendo como foco os "sujeitos da experiência" compreendidos como o valor máximo de uma história contada. Assim, esses grupos trazem suas formas de expressão e apresentam na cena pública a forma que encontraram para resistir. E falar sobre isso é dar visibilidades a experiências que existem e precisam ser enxergadas, bem como oportunidades para sairmos de um silêncio concreto.

Nessa perspectiva, olhar para os sujeitos e suas identidades nos permite perceber que essas relações de poder são fenômenos reais, pois correspondem "ao modo como o Estado nos divide em indivíduos, e ao modo como formamos nossa individualidade em respostas a uma ampla gama de relações sociais" (HAIDER, 2019). Portanto, por mais que as identidades sejam criações políticas, o que observamos é que algumas delas têm sido política e historicamente produzidas como inexistentes ou têm sido apagadas da esfera pública (OLIVEIRA, 2018).

Então, afirmar que "as identidades são políticas" é trazer novamente para o centro da discussão o direito de se viver e de se existir de forma plural.

Diante disso, sabemos que as expressões sobre as identidades ou ações identitárias escondem diferentes significados, que não dizem da mesma. Mas, é importante lembrar que os sistemas e as estruturas são constituídas de corpos e identidades. Não são estruturas vazias de sentido e não há sistema econômico ou opressor sem pessoas. De modo geral, no contexto imbricado na luta social, podemos afirmar que também não é possível um desenvolvimento de capitalismo sem racismo ou patriarcado, por exemplo.

Em sintonia com essa concepção, os movimentos sociais e trabalhadores de todo o mundo vêm cada vez mais chamando a atenção para o sentido de que negros compõem grande parte da classe trabalhadora, onde **muitos são roubados de suas identidades e de sua humanidade**, na perpetuação de um sistema que usa o patriarcado e o racismo para explorar e lucrar ainda mais. (4ª INTERNACIONAL, 2020)

Com isso, vivemos um universalismo incapaz de respeitar os direitos das minorias (ou maiorias sociais). E a luta por representações mais positivas e orgânicas se faz presente. Assim, essas representações construídas socialmente podem ser consideradas como transitórias, já que os instrumentos judiciais do Estado não proporcionam proteção e reparação suficientes, fazendo com que todos os sujeitos humanos sejam reconhecíveis. Existirá a luta pela identidade ou pela não identidade na reivindicação da esfera Pública, numa constante negociação e tensão, já que uma "vida não é todas as vidas, nem pode ser." Diante disso, é fundamental impulsionar as lutas sociais e compreender que essas discussões estão em torno da banalização da vida e **dizem respeito não apenas aos oprimidos que estão no centro das pautas, mas a todos e todas, já que co-existir e con-viver são aprendizados** (BUTLER, 2018). É nesta construção real da política, com manifestações de um saber-fazer a partir das experiências reais, com condições próprias, insubstituíveis e necessárias para o debate público e capazes de alterar o sistema de poder que precisamos aprender.



PARTE 2

ALGUNS SENTIDOS SOBRE A REPRESENT(A)TIVIDADE

A VIDA É UM DESAFIO

"Tem que acreditar"

Desde cedo a mãe
da gente fala assim:

**'filho, por você ser preto, você tem que ser
duas vezes melhor.'**

Aí passado alguns anos eu pensei:
Como fazer duas vezes melhor, se você tá pelo
menos cem vezes atrasado pela escravidão, pela
história, pelo preconceito,
pelos traumas, pelas psicoses... por tudo que
aconteceu? duas vezes melhor como?
Ou melhora ou ser o melhor ou o pior de uma
vez.

E sempre foi assim.

Você vai escolher o que tiver
mais perto de você.

O que tiver dentro da sua realidade.
Você vai ser duas vezes melhor como?

Quem inventou isso aí?

Quem foi o pilantra que inventou isso aí ?

Acorda pra vida rapaz

(...)

É isso aí você
não pode parar

Esperar o tempo ruim vir te abraçar
Acreditar que sonhar sempre é preciso
É o que mantém os irmãos vivos

(Racionais Mc')



No dia-a-dia lidamos com diversos níveis e tipos de representação. Várias áreas de conhecimento têm se ocupado e tratado especificamente sobre o emprego desta concepção. Aqui, dialogamos com algumas delas, sendo as principais aquelas que estão envolvidas em concepções organizadas pelos estudos da psicologia social, pela semi-ótica e pelas ciências políticas, assumindo-as como transdisciplinares e dialógicas no contexto dos movimentos sociais e da educação.

De modo estrito, numa primeira vertente, **a ideia de representação está significada como uma criação coletiva que acontece na comunicação, produzindo sentidos e transformação social.** E sua elaboração estaria na tentativa de construir uma ponte entre o estranho e o familiar, na relação com o mundo, produzindo um curto-circuito sobre o lugar de referências da linguagem. Por isso, **não são universais e nem estáticas, mas assumem forma concreta na produção de imagens e reprodução de conceitos** (SANCOVSKI, 2007)

Noutra vertente, a representação **estaria mais ligada às relações e projeções de identidade e formas de organização dos atores coletivos na disputa pela esfera pública,** com maior recorrência e endereçamento a uma “inclusão” e “igualdade” no sistema político, resumidamente a representação poderiam ser **considerada como ato de representar as pessoas e suas demandas na política institucional.** Teria a ver com o desenvolvimento de um papel ancorado nas lutas sociais para atuar em favor dessa coletividade, no comprometimento com uma produção de imagem ou atuação. Assim, seria uma prática de ligação do povo com o governo. Sendo assim, **considera alternativas de participação ou iniciativas para resolver os problemas sociais na experiências da vida pública, já que seria difícil tudo ser acompanhado e decidido por todos o tempo todo.**

Na indústria cultural, na publicidade e na propaganda, ou até mesmo nos cargos públicos, de emprego e de ingresso ao campo de educação, os atores sociais **questionam a representação nas hierarquias sociais e consolidação de padrões hegemônicos, que resultam na ausência de determinados corpos e intelectualidade na ocupação de papéis e lugares de direito.**

No caso dos movimentos sociais, teria a ver com **causas em que as pessoas se identificam, diante dos valores, de leituras sobre as desigualdades históricas e princípios utópicos culturalmente produzidos.**

Enfim, pelo que se percebe, as noções sobre este termo usualmente estão relacionadas com o **sentimento das pessoas de fazerem parte dos poderes constituídos**. Ao questioná-la também se denuncia a desigualdade e a invisibilidade de determinados grupos sociais, o limite e a subordinação de papéis sociais e a produção de distorções que inferiorizam ou violentam algumas culturas e as subjetividades presentes nelas.

Em que medida essas vertentes se encontram? sabemos que **existe uma miopia social que reproduz tendenciosamente padrões de comportamento, de imagens, de discursos e de validade cultural**. Atentos a isso, reconhecemos que este debate traz diversos desafios para agenda política, fazendo perpetuar hierarquias e processos que são desiguais e opressores. Por isso, entendemos que essas concepções representativas são limitadas, já que existem diferentes formas de concebê-la e de vivê-las .

Alguns representantes são constituídos no reconhecimento do seu engajamento por esses grupos, mas outros também se autodenominam ou são referendados sem que haja necessariamente um laço comprometido com o grupo representado. Alguns, inclusive, usam os nomes de Deus, do Povo, da família, para forjar um poder narrativo numa autorização soberana para governar. Dessas divergências, não podemos esquecer que existem representantes (eleitos ou não) que estão solidamente contra o povo ou contra os projetos de convivência democrática.

Nessa tendência, **muitas vezes, a própria ideia de representação se torna um mecanismo rentável para alcançar vantagens sociais e manter privilégios**. Diante disso, podemos continuar reproduzindo essas práticas opressivas e sub-representativas ou quebrar com este ciclo e os estereótipos que se alastram delas. Por isso, mais do que uma prática de participação sua dimensão está pra além de um contexto eletivo.

Contudo, pensar processos representativos seria pensar em concepções ampliadas e que considerem uma inclusão comprometida, não apenas pelo viés do direito, mas como uma mobilização que altera as formas em que se decide e se incide sobre os efeitos daquilo que é decidido. Sendo assim, embalados por essas participações os próprios sujeitos, com suporte e recurso, podem usufruir da igualdade de oportunidades, bem como a universalização, o acesso e a redistribuição dos direitos previstos para todos.

PARTE 3

iStock
by Getty Images

iStock
by Getty Images



**ALGUMAS
CONTRIBUIÇÕES
SOBRE O TEMA**

iStock
by Getty Images

iStock
by Getty Images

Conforme já dissemos, a categoria "representação" possui significados bem variados. Dessa variedade, **vemos perpetuar pelo menos três perspectivas: a jurídica, institucional e política**, ambas geralmente associadas a formas de inclusão e atuação no limite da presença das pessoas em todos os espaços sociais. Sendo assim, suas principais associações/ noções estão nas ideias de repetição, contrato, delegação, autorização, alienação e, mais recentemente, na problematização sobre sua funcionalidade e demanda por uma relação contínua entre representante e grupo representado.

Com isso, o que se compreende é que **a representação seria uma forma moderna da prática da democracia**. E, se consolidaria **na reinvidicação dos cidadãos na arena política, resultante de suas lutas diante de suas condições sociais e a legislação** (URBINATI, 2006). Por isso, em alguma medida a legislação e a institucionalidade fazem parte de sua significação.

Além disso, **até pouco tempo a palavra "representação", não tinha a ideia que tem hoje**. Sua fabricação surge com o início das instituições sociais, sendo que até meados do **século XVI não significava 'ocupar o lugar de outra pessoa, ou de substituir' por outra**, e **até 1595 "não se localiza nenhum exemplo de uma função em que se pudesse "atuar para alguém como seu agente autorizado"**. Porém, à medida que o termo foi sendo aplicado historicamente, especialmente num viés de "agência individual", veio também construindo padrões e obrigações, na restrição do que um representante deveria fazer (PITKIN, 2006)

Hoje, essa pauta está latente e reacende essa discussão, principalmente em torno da funcionalidade da esfera pública, da validade das vozes plurais e comprometimento social com os recursos gerados coletivamente.

Dessas noções, os significados recorrentes sobre a representação dizem respeito à:

- verbalizar por outras pessoas (pessoas artificiais, já que as pessoas naturais verbalizam e agem por si só)
- Ser persona da palavra ou da ação (disfarce, aparência exterior, imitação no palco)
- atuar como um agente para alguém;
- tornar presente quem não está literalmente presente;
- ser porta-voz do interesse da comunidade
- retratar ou colocar algo no lugar de;
- apresentar novamente;
- um agente do interesse particular, com tarefa de deliberação;
- delegados ou agentes de suas comunidades;
- representação individual numa situação universal;
- tornar presente ou manifesto;
- uma pessoa que representa as experiências e opiniões de muitas outras;
- apresentar-se em resposta a uma convocação;
- ser cópia dos membros dos grupos sociais (quem representa) com “substituição” ou “pôr-se no lugar por” (o que se representa);
- agente ou um legislador eleito;
- responsivo com outros na interação pública;
- Aquele que exerce autogoverno – representante de si - por causa das relações de desigualdade estrutural ou de potencial dominação com outros grupos ou submissão histórica

Em síntese esse debate segue impregnado pelas seguintes interpretações:

1. Reprodução

(desejo que o representante reflita a própria imagem)

2. Troca

(substituição ou transferência de uma pessoa por outra)

3. Contrato

(delegação jurídica limitada)

4. Imitação

(Atuação - ficção)

5. Porta-Voz

(um por todos - voz global que representa a unidade da comunidade)

6. Autogoverno

(leis "ratificadas pessoalmente" pela própria vontade e participação direta)

7. Negação de governo

(sem autoridade constituída - sujeitos governantes de si)

8. Apagamento intencional

(silenciamento de sujeitos e suas demandas históricas)



Imagens que colaboram para essa leitura

repetição



imitação ou (in)animação



voz global - unidade



apagamento voz - unidade



autogoverno -
lei e própria vontade



contrato social



Delegação/autorização



atores/
servidores/parlamentares



REPRESENT(ATIVIDADE)

Sem governo- sem
autoridade constituída



Das nuances que perpassam por este debate, parece comum a concepção de representação a partir da **relação entre as pessoas e os espaços sociais e institucionais**, interrogando sobre a qualidade desta relação e interlocução, mas também valorização das características de identidades e demandas apagadas numa normatividade social, **apontando sujeitos válidos e (in)válidos no reconhecimento e na redistribuição dos direitos, públicos e universais.**

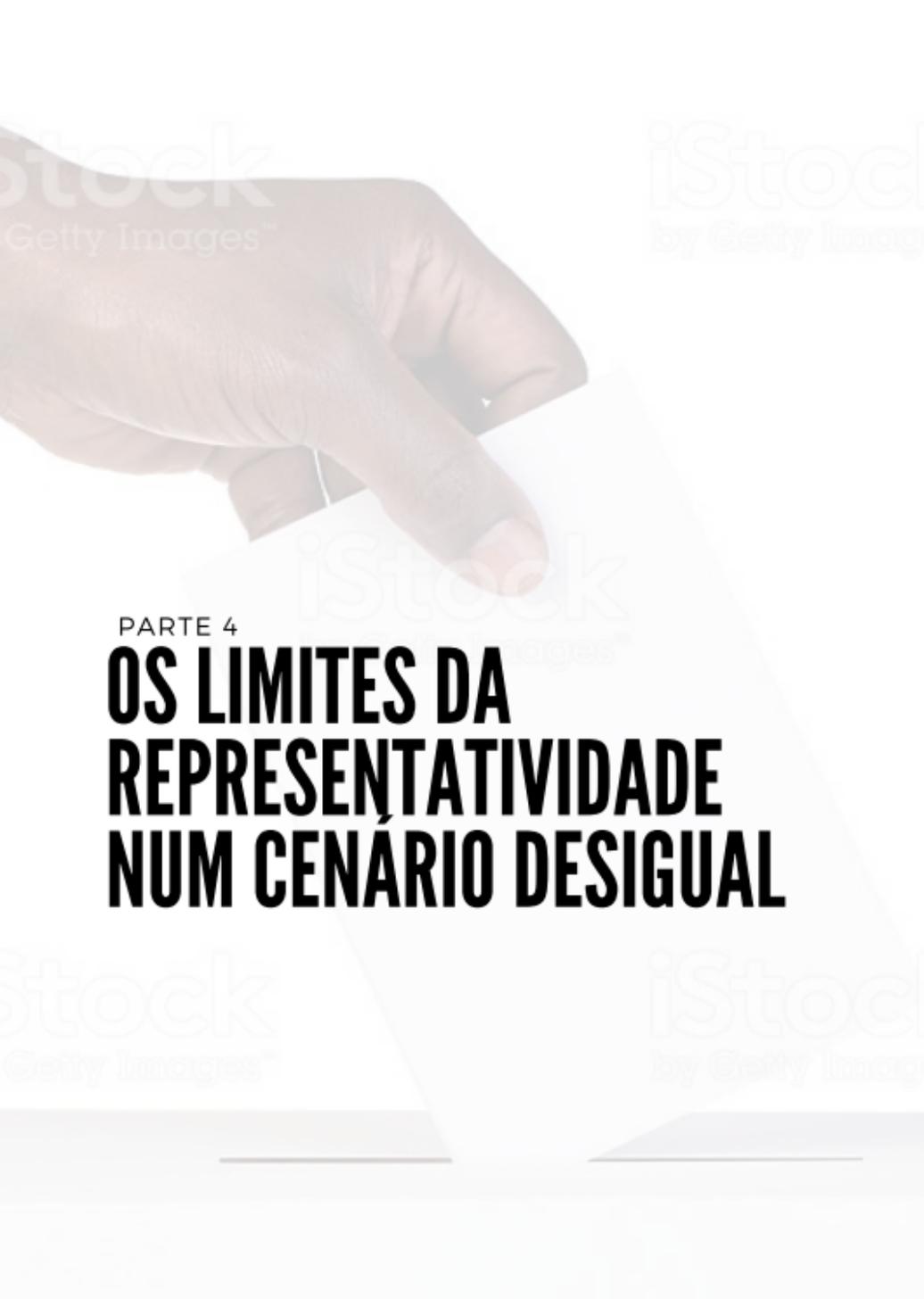
O que se compreende, portanto é que essa ideia de representação pode ser “limitada” ou pode ser “ilimitada”. Sendo que, **em alguns casos acredita-se na impossibilidade da representação, já que a vontade individual não é representável e a soberania não é intransferível.**

Por outro lado, acredita-se que um legítimo representante teria que ser uma pessoa “neutra”, que deveria se isentar de sua própria opinião em detrimento do grupo e da pauta que representa.

Mais adiante, o que se considera é que **o representante não pode estar desalinhado com a questão da inclusão que o constitui,** e é necessário estabelecer uma relação e uma prestação de contas em forma de conexão contínua junto a sua comunidade representável.

Neste sentido, **também se questiona sobre a representação restrita ao voto, como critério da maioria para a tomada de decisões políticas,** sendo um instrumento de apagamento do conflito e silenciamento da diferença.

Por isso, se acredita mais em deliberação, pois ela traz outros aspectos para além dos quantitativos. De forma geral, essa discussão também aponta a demanda dos auto-interesses ou interesses privados diante da coisa pública. Assim, seria **necessário manter mecanismos institucionais para respaldar o “bem público”, de forma que o interesse próprio se alinhe com o bem coletivo.** Nessa complexidade, se existe um consenso na literatura ele estaria na consideração de que a representação não deveria significar a substituição de uma pessoa por seu representante (YOUNG, 1990).

A hand is shown holding a white card or piece of paper. The background is a blurred image of a laptop screen. The overall image has a soft, semi-transparent appearance with faint watermarks of 'iStock by Getty Images' repeated across it.

PARTE 4

OS LIMITES DA REPRESENTATIVIDADE NUM CENÁRIO DESIGUAL

Um sistema de governo no qual os iguais são tratados igualmente não é necessariamente democrático, ainda que seja certamente igualitário (URBINATI,2006).



Temos o **direito a ser iguais**
todas as vezes que a desigualdade nos inferioriza. Temos **o direito a ser diferentes**
todas as vezes que a igualdade nos descaracteriza
(BOAVENTURA SANTOS, 2018)

A participação possui características bem abrangentes nas instituições sociais. Mas, de forma geral, ela **se apresenta como uma prática indispensável para o estabelecimento e manutenção do Estado democrático, assegurando uma relação contínua entre as instituições e os indivíduos** (GODINHO,2015). Isso é fundamental num Sistema social desigual.

Como se sabe, hoje existe uma insuficiência de inclusão social e política, suscitando insurgência de novos atores e conflitos para a cena pública. **Há uma tendência em se compreender que um representante eleito tenha o poder de representar a “todos”**. E este caráter totalizante veio produzindo fissuras históricas, produzindo lacunas e acirramentos nas diferenças sociais, alargando desigualdades, tratando apenas dos interesses de alguns.

Nesta configuração, **os oprimidos acabam sendo representados por seus opressores, numa disputa desigual de recursos e validação de vozes.**

Questões como essas acabam produzindo **mitos e crenças como as que consideram que as populações pobres são irracionais, sem consciência ou despolitizadas.** Ou que somente algumas pessoas com algumas características podem e fazem política ou podem decidir sobre os destinos e tratamento dos problemas coletivos, sem contestação.

Importantes esforços têm sido construídos para romper com essas interpretações, além de questionamentos sobre o *modus operandi* como essas práticas acontecem nos espaços institucionais . Assim, como evidenciamos, não apenas o conceito da representação, mas também a ideia de democracia precisa ser problematizada, especialmente, porque na **prática, muitas vezes, estão a serviço de poucos, acumulando privilégios e perpetuando círculos virtuosos de exploração e opressão social.**

É daqui que surgem novas identidades políticas na vivacidade de suas experiências, na resistência de sua humanidade e construção de direitos. É a partir da atividade coletiva que o indivíduo vai aprendendo e percebendo que os fabricados socialmente se aplicam a ele mesmo e ao seu dia-dia, e vai produzindo leituras e práticas para interrogar e caminhar interpelado por seus próprios saberes.

São essas interrogações que mobilizam para a ação. Pois, “viver e agir estão conectados de forma que suas condições de vida são parte do próprio objeto da reflexão e da ação política” (BUTLE, 2018). Por isso, o institucional será sempre limitado, já que a dimensão imaginária e criativa das coisas sempre estará no volto de uma realidade alterável.

PARTE 5

DEMOCRATIZAÇÃO DA REPRESENTATIVIDADE

UMA DEMANDA QUE
EMERGE NO CHÃO
DA LUTA POPULAR

A democracia é única porque extrai das diferenças a força para a união - as pessoas são capazes de se unir na diferença, sem se abstraírem de suas diferenças (URBINATI, 2006).

O que acontece na política que não atrai as pessoas? O que nos faz sentir representados? Essa representação seria permanente? Como garantir uma representatividade democrática? afinal, é necessário ter representatividade nos espaços de direito? Por que enxergamos mais alguns sujeitos na arena política do que outros?

No mundo moderno, **a legitimidade e a inclusão social pela representação estão no cerne das lutas sociais contemporâneas**, sobretudo nas decisões políticas em que as pessoas se fazem ou não presentes para se fazerem ouvidas. Porém, como se sabe, tanto a inclusão como a exclusão, podem ser provisórias, revigorando contínuos e repetidos ciclos de desigualdade no desenvolvimento social.

De modo geral, sabemos que **a politização da vida se dá no cotidiano**. "O Estado existe como um mediador entre os interesses individuais e coletivos. É assim que ele se legitima, pois se apresenta como defensor dos interesses públicos. Ele que deve garantir o acesso a direitos, embora muitas vezes prevaleça os interesses privados" (LEÃO, 2020). Assim, seu funcionalismo e sua manutenção advêm da administração destes recursos públicos e das suas possíveis estratégias de controle. É a partir desta administração que as demandas sociais têm sido disputadas.

Diante disso, é importante lembrar que **a institucionalidade é importante, mas não devemos nos limitar a ela**. Portanto, diante da ideia de participação precisamos assumir uma ação política comprometida e interpelada pelos próprios cidadãos, ou seja, que permita a existência do diálogo na presença da contradição, da oposição, da diferença. O que se torna **fundamental para que a experiência representada nos espaços institucionais seja cada vez mais a experiência do povo**.

Por isso, pelo fato de a desigualdade Brasileira ter fortes raízes, **as políticas públicas seria um caminho** de “proporcionar, num sistema desigual de distribuição da riqueza produzida pela sociedade, as condições mínimas para tornar efetiva igualdade de direitos reconhecida legalmente” (ABAD, 2003).

Por isso, as divisões sociais se tornam políticas ou adotam uma linguagem política e adquirem uma identidade na arena pública de opiniões e que podem se tornar mais inclusivas ou representativas, alargando interesses e opiniões (URBINATI, 2006).

Portanto, **é necessário garantir normativas que asseguram essas negociações, trazendo novas inclusividades.** E assim, corroborando com a ideia de Marilene Chauí (2018), onde a democracia cria e mantém direitos e o Estado é o responsável por executá-los.

Contudo, **pelos limites da não inclusão e pelas desvantagens sociais "naturalizadas", essas insurgências marginais (fora da tradição institucional) acabam ampliando os limites do Estado, construindo espaços de auto-organização.**

Notadamente, vemos que há uma necessidade de revisão dessas noções de Estado, de representação, de democracia e também de soberania, principalmente para ampliar oportunidades e reduzir as desigualdades materiais, afetivas e relacionais. Assim, todo grupo organizado tem a possibilidade de exercer alguma influência política, principalmente para responder às suas demandas no tempo presente.



PARTE 6

O QUE AUTORIZA UMA REPRESENTAÇÃO?



Como a pauta da representação ganha cada vez mais centralidade, não podemos cair numa compreensão simplista e vazia de sentidos.

O que as experiências participativas vêm assinalando é que existem situações, padrões e características que aumentam ou reduzem o sentimento de pertencimento às pautas e também na disputa que desestabiliza as vozes institucionais e suas amplificações entre as pessoas, diante das causas que elas carregam.

Algumas concepções, por exemplo, trazem alguns elementos que concedem esse poder da palavra ou reforçam a sua narração pelos sentidos impregnados no ato comunicativo. **É a partir dessas comunicações, que surgem as fontes de autorização para a representação (GARCÊZ, 2015), ou seja, valores que legitimam esse lugar de “falante válido” ou “legitimado”.** Assim, dentre muitas outras formulações possíveis, observamos as seguintes possibilidades:

1. **Alteridade:** a autorização acontece pela experiência vivida por um outro que é diferente de mim
2. **Experiências grupais:** a autorização advém das percepções históricas, eventos coletivos que mobilizam para a ação e faz com que as pautas sejam legitimadas;
3. **Atuação profissional:** atribuição de um determinado exercício social. É autorizado juridicamente e tem função legal para falar daquilo. Geralmente adquire conhecimentos práticos pela prática de sua atuação.
4. **Ato comunicativo:** o modo como a pessoa se comunica ou faz tal aspecto ser comunicado e identificação de características comuns, torna a pessoa autorizada a falar daquilo.

5. **Conhecimento adquirido:** especialista que conhece e estuda o tema. Neste caso, pode ter, por exemplo, expertise sobre variáveis e padrões das pautas, as legislações e eventos que circunscrevem determinada situação.
6. **Interesse da maioria:** ações legitimadas pelos resultados ou leituras que se tem deles pela maioria das pessoas.

O mais importante nesta discussão é perceber que existem diferentes laços e sentidos de representação, onde condições que permitem ou não ser autorizado e legitimado pelo coletivo para representa-lo.

É possível perceber também que a experiência vivida é apenas mais uma dessas fontes de autorização para representação. Todavia, a centralidade na experiência vivida é o que sustenta também todas as outras dimensões, pois elas só fazem sentido na medida em que produzem e validam o seu protagonismo.

Por fim, perceberemos que a solidariedade e a empatia na construção do bem comum e as possibilidades, as vivências dolorosas e as fronteiras de alianças serão sempre circuitos abertos, e se constituem como processos porosos, enigmáticos e impregnado de interpretações, leituras e novas intervenções coletivas.

PARTE 7

PARADOXOS DA SUB- REPRESENTAÇÃO:



iStock
by Getty Images

iStock
by Getty

Desde pequeno geral te
aponta o dedo
No olhar da madame
Eu consigo sentir o medo
'Cê cresce achando que 'cê é
pior que eles, Irmão,

**Quem te roubou te chama
de ladrão, desde cedo
Ladrão,**

Então, peguemos de
volta o que nos foi tirado Mano,
ou você faz isso
Ou seria em vão o que os
nossos ancestrais teriam sangrado

(DJONGA, ÁLBUM "LADRÃO")

iStock
by Getty Images

iStock
by Getty

Para pensar a representatividade e a crise que vivemos na contemporaneidade é importante situar sobre quais circunstâncias e diante de que dimensão de direito que estamos falando.

Ao olhar para o conjunto do sistema-mundo, num padrão hegemônico, tendo a Europa ocidental como padrão, tanto do modelo de cultura, mas também da intelectualidade e dos modos de “ser” e “estar civilizado”, observamos alguns silenciamentos e sufocamentos dos grupos sociais, que trazem ausência significativa de corpos de mulheres, negros, indígenas, deficientes, LGBT’s, em espaços de direito. Esses sujeitos não apenas são restritos a questões materiais e usufruto dos seus direitos, como também são roubados de suas humanidades.

Neste campo político, vale lembrar que historicamente a condição financeira sempre foi fator relevante para tutela e gozo dos direitos, principalmente os direitos políticos. Desta forma, é importante lembrar que só poderia ter direitos políticos, votar e ser votado, pessoas com renda mínima ou que fossem alfabetizados. Uma situação que já eliminava grande parte da população do processo eleitoral. Infelizmente, ainda hoje sofremos os resquícios deste pensamento.

Existe hoje um cenário de sofisticadas estruturas de exclusão social e de proliferação das desigualdades sociais. Essa ausência de identidades políticas em vários espaços de poder e de participação social vêm sendo questionadas fortemente nos últimos anos e é instigante conhecer mais sobre as existências e resistências que estão em pauta. (OLIVEIRA, 2020)

A participação direta de todos nas decisões coletivas é sem dúvidas uma das marcações sobre os desafios da organização social. No caso dos grupos oprimidos, ou, sub-representados, a contestação acaba sendo recorrente já muitas vezes discordam das decisões acríticas e a forma como o poder para tomar as decisões está organizado.

Por isso, a inclusão de grupos sociais sub-representados se dá por meio de dispositivos políticos destinados especificamente a aumentar a representação (URBINATI, 2006)

Na perspectiva da democracia representativa, os eleitores não são meras quantificações; e os assuntos de governo não devem ser tratados por poucos. Desta forma, então ninguém mais pode fazer sua política “por” si, nem pode ser excluído dos benefícios dela (PITKIN, 2006)

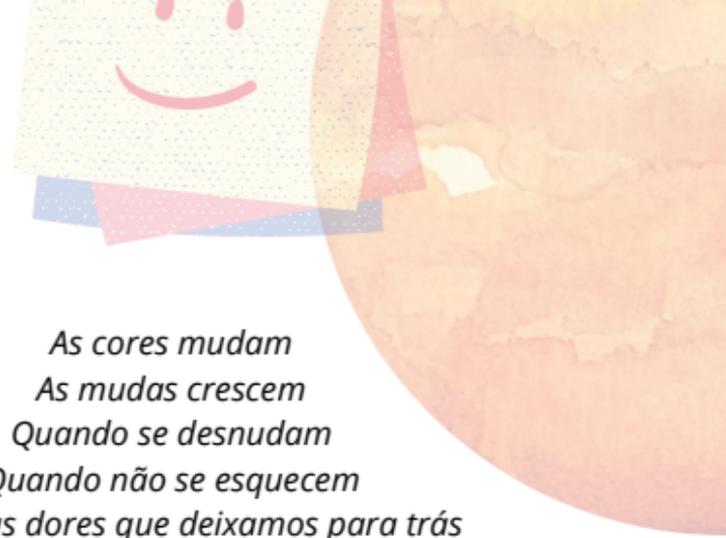
Na presença ativa e criativa, esses sujeitos denunciam a distância entre a comunidade e a função pública “real” e a “legal” de sua proteção. Há de se reconhecer, portanto que **a produção pelo desinteresse à política acaba sendo intencional, ou, é ativamente construído.** E por mais que não percebamos, **quanto mais participamos, denunciemos e renunciamos a essas desigualdades e injustiças mais nos tornamos capazes de transformá-las.** Assim, ao participar, vamos aprendendo sobre nós mesmos e criando operações e estratégias sobre o que não está funcionando ou poderia ser melhor.

No exercício participativo, comprometido, mais do que apenas votação, a representação teria a ver também com deliberação. Uma discussão pública com variedade de justificações para sustentar as decisões coletivas, onde vale a força do melhor argumento, com legitimidade e igualdade de oportunidades e capacidades de expor ideias e fazer reivindicações (GODINHO, 2015).

Portanto, diante desses impasses, **existe a necessidade de uma complementariedade entre as diversas possibilidades participativas, desde a democracia representativa às formas mais diretas de participação.** Contudo, não é novidade que precisamos de uma inovação democrática diante dessas experiências sociais que acontecem. Lembrando que a formação política se constrói na relação, por situações reais, sendo que no ato de construir a política os sujeitos se formam e também são formados .

PARTE 8

A ESPERANÇA DE DIAS MELHORES:



*As cores mudam
As mudas crescem
Quando se desnudam
Quando não se esquecem
Daquelas dores que deixamos para trás
Sem saber que aquele choro valia ouro
Estamos existindo entre mistérios e silêncios
Evoluindo a cada lua a cada sol
Se era certo, ou se errei
Se sou súdito, se sou rei
Somente atento à voz do tempo saberei*

*Eu sou maior (Sou maior)
Do que era antes (do que era antes)
E sou melhor (Sou melhor)
Do que era ontem (do que era ontem)*

(Música - Maior -
Milton Nascimento e Dani Black)



Alcançar direito na América Latina

é muito peculiar, sobretudo quando olhamos para a relação das pessoas e o contexto institucional. Nos discursos institucionais atuais, à sombra de uma representação dominante, são produzidos muito mais atores sociais do que indivíduos. Por isso, os indivíduos latino-americanos se formam muito mais na necessidade de tornar-se atores sociais. Por aqui as instituições não são parte das soluções, assim, os atores têm que resolver eles mesmos uma série de problemas. Neste sentido, é necessário lembrar que o indivíduo soberano é aquele dono de si mesmo (MARTUCCELLI, 2012).

Essa situação leva-nos a pensar não apenas sobre as projeções do modelo de cidadania, mas também perceber que existem desigualdades estruturais e concretas como efeitos desta perspectiva.

Há que se considerar certa passagem de um paradigma do formal ao informal, ou seja, em que as novas formas organizativas interrogam o caráter permanentes e formal das instituições, priorizando formas de sociabilidade menos rígidas (PERONDI, 2013) e que problematizam a própria amarração burocrática e de expectativa sobre a participação das pessoas nessas institucionalidades.

Como se pode ver, a concepção de representação é mediada no espaço e no tempo e se torna mais positiva na medida em que conecta seus oponentes e renova as possibilidades dialógicas. E, diante disso, buscaria formas de articulação entre necessidades individuais e demandas sociais mais amplas.

Com isso, quando pensamos nesta discussão da representatividade sabemos que não basta sustentar o mesmo sistema que é excludente, nem ser inserido e estar num espaço

representativo de qualquer jeito, já que **“estar” não garante representação de demandas coletivas, rompimento dos paradigmas opressivos ou resposta às demandas mais latentes nas experiências sociais.** Formular essas possibilidades, neste contexto

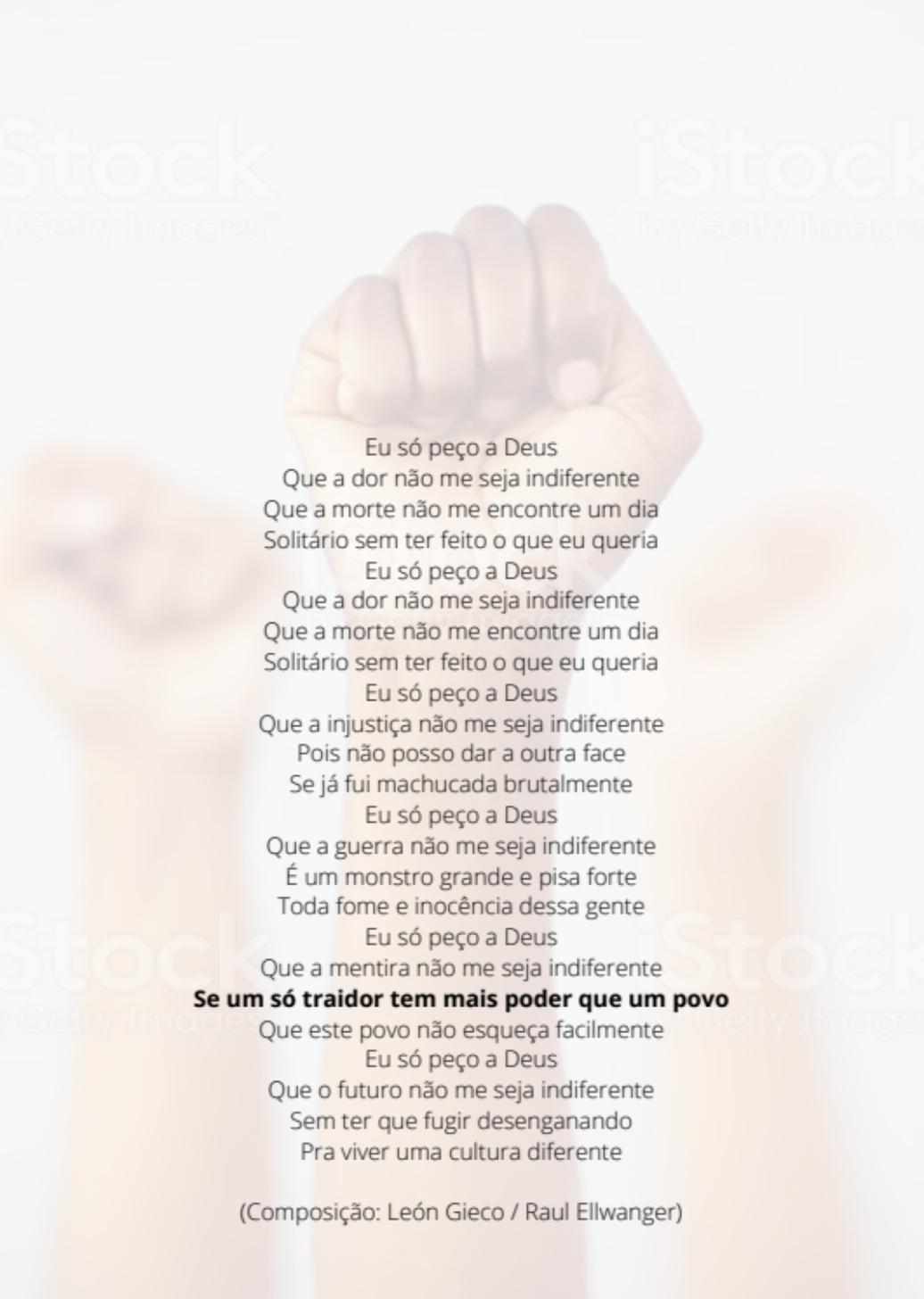
é percebe-se que **não basta ser representante, precisa estar comprometido com o que se deseja representar**. Por isso, é necessária uma leitura e criticidade em torno do que consideramos e praticamos como representação.

É por isso que a representação seria complexa, porque ao lidar com o que as pessoas desejam, as expectativas e as realizações de seus representantes jamais irão corresponder com exatidão (URBINATI, 2006).

Diante dessas contradições é necessário ainda reconhecer que o processo não se trata de tomada de poder e reprodução da cultura opressora, mas interrupção e ressignificação de todas as suas formas autoritárias. E, para isso, “precisamos aprimorar o significado de viver junto, em contato com as diferenças, com modos de proximidade não escolhida, especialmente quando **viver junto, por mais difícil que possa ser, permanece um imperativo ético e político**” (BUTLER, 2018).

Contudo, as coisas não mudarão se não forem induzidas. É por isso que vemos hoje tantos movimentos reivindicatórios e instituintes de uma forma de ser e viver em sociedade. E com isso, a crise, a denúncia e anúncio de outras pedagogias da existência trarão real possibilidade de mudança, sendo o conflito um elemento pedagógico, para a promoção de uma sociedade pelo bem viver, que reconheça, conviva e valorize a diversidade, sem hierarquias que explorem, que oprimem e excluam as pessoas o todo sistema-mundo com que ele interaja.

Desta maneira, não precisamos viver determinadas violências para combatelas, e ambas as situações são ao mesmo tempo pessoais e políticas. Diante disso, acreditamos que é fundamental reconhecer que a representatividade importa, numa disputa do que se deseja ver representado e o que é importante para a comunidade, trazendo novas atuações que são legítimas e que alteram os jogos e as condições para se jogar e disputar os seus lugares sociais.



Eu só peço a Deus
Que a dor não me seja indiferente
Que a morte não me encontre um dia
Solitário sem ter feito o que eu queria
Eu só peço a Deus
Que a dor não me seja indiferente
Que a morte não me encontre um dia
Solitário sem ter feito o que eu queria
Eu só peço a Deus
Que a injustiça não me seja indiferente
Pois não posso dar a outra face
Se já fui machucada brutalmente
Eu só peço a Deus
Que a guerra não me seja indiferente
É um monstro grande e pisa forte
Toda fome e inocência dessa gente
Eu só peço a Deus
Que a mentira não me seja indiferente
Se um só traidor tem mais poder que um povo
Que este povo não esqueça facilmente
Eu só peço a Deus
Que o futuro não me seja indiferente
Sem ter que fugir desenganando
Pra viver uma cultura diferente

(Composição: León Gieco / Raul Ellwanger)

sugestões para aprofundar a temática

- ABAD, Miguel. *Crítica Política das Políticas Públicas* de Juventude. In: FREITAS, Maria & PAPA, Fernanda. (orgs). *Políticas Públicas-Juventude em pauta*. São Paulo: Cortez: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação: Fundação Friedrich Ebert, 2003.
- ALKMIM, Antônio Carlos. O paradoxo do conceito de representação política. *Revista de Ciência política Teoria e Pesquisa*. Vol 22, n. 1, p.56-71, jan./jun. 2013.
- BARROS Antônio Teixeira; MARTINS Lúcio Meireles. Juventude e política na experiência de dez anos do Parlamento Jovem Brasileiro: confiança, participação e engajamento político dos egressos. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 19, no 46, set/dez 2017, p. 392-426
- BUTLER, Judith. *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018;
- _____. (2018) *Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?* 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018;
- BRASIL. *Participação Social no Brasil: entre conquistas e desafios / Secretaria-Geral da Presidência da República*. Brasília, 2014.
- CHAUÍ, Marilena. *Escritos de Marilena Chau: sobre a violência*, 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=R0YvaTEOIJQ&feature=youtu.be> acesso em 06/11/2020.
- CIAMPA, A. C. Políticas de identidade e identidades políticas. In: DUNKER C. I. L.; PASSOS, M. C. (Orgs.). *Uma psicologia que se interroga: ensaios*. São Paulo: Edicon, 2002. pp. 133-144.
- DALLARI, Dalmo de Abreu. *O que é participação política – Coleção primeiros passos*. Abril cultural, 1984, Brasiliense. FERREIRA, Vitor Sérgio. *Resistência versus existência? A dimensão política das microculturas juvenis*. [vitorsergioferreira.net/wp.../2009-Resistência-vs-existência-Actas-Belo-Horizonte.pdf](http://vitorsergioferreira.net/wp.../2009-Resistencia-vs-existencia-Actas-Belo-Horizonte.pdf) Acesso em 17/07/2018 às 09:05
- FRASER, Nancy. *Cadernos de campo*, São Paulo, n. 14/15 pp. 231-239, 2006. *Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas*. Trad.: Julio Assis Simões.
- FUNG, Archon. *Receitas para esferas públicas: oito desenhos institucionais e suas consequências*. In: SCHATTAN e NOBRE (orgs). *Participação e deliberação*. São Paulo: Ed. 34, 2004.
- GARCÊZ, Regiane Lucas de Oliveira. *Representação política discursiva e movimento social dos surdos: coletivização de questões como fonte de deliberação*. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da UFMG, 2015.
- GODINHO, L. *Segurança pública, participação social e a 1ª CONSEG*. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, ago/set 2010.
- _____. (2015). *Participação e controle societário*. *Debate Fórum das Juventudes da Grande BH*. Fundação João Pinheiro. 2015
- GOMES, Nilma Lino. *O Movimento Negro educador: Saberes construídos nas Lutas por emancipação*, Editora Vozes, 2017
- GUTMANN, Amy; THOMPSON, Dennis. *O que significa democracia deliberativa*. *Revista Brasileira de Estudos Constitucionais*, Volume 1, jan./mar.2007.
- HAIDER, Asad, *Armadilha da identidade. Raça e Classe nos dias de hoje*. Trad. Leo Vinicius Liberato. Prefácio Sílvio Almeida. – São Paulo. Veneta, 201. (Coleção Baderna)
- HONNEDTH, Axel. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: editora 34 Ltda, 2003;

sugestões para aprofundar a temática

- hOOKS, Bell. Olhares Negros, raça e representação. Trad. Stephanie Borges. São Paulo, Elefante. 2019; CARNEIRO, Sueli. Escritos de uma vida. São Paulo: Polên livros, 2019.
- MAA, Leo Wolfgang. O que é política – Coleção primeiros passos. Abril cultural, 1985, Brasiliense.
- MACPHERSON, C. B. A democracia liberal: origens e evolução. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- MOURA, Joana. T. V. A representação política dos movimentos sociais- um estudo no Colegiado Territorial do Mato Grande/RN. Campo-Território, v. 9, pp. 282-306, 2014;
- OLIVEIRA, Frederico Ramos, et. al. democracia participativa e juventude politizada: estudo bibliométrico sobre os periódicos brasileiros de políticas públicas de juventude. Ci. Inf. Rev., Maceió, v.5, Número Especial, p. 13-24, fev. 2018.
- OLIVEIRA, Sebastião Everton de. Ações coletivas e formas contemporâneas de representatividade juvenil. Doutorado em educação. FAE, UFMG. 2018, (mimeo).
- PATEMAN, Carole. Participação e Teoria Democrática. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- PITKIN, H. F. Representação: palavras, instituições e idéias. Lua Nova, São Paulo, n. 67, pp. 15-47, 2006;
- _____. (1967) The concept of representation. Berkeley: University of California Press, 1967;
- RIBEIRO, Djamilia. O que é: Lugar de Fala? Belo Horizonte: Letramento. 2017 (Coleção feminismos plurais);
- SANTOS, Boaventura de Sousa; AVRITZER, Leonardo. Para Ampliar o Cânone Democrático. In: Boaventura de Sousa Santos. (Org.). Democratizar a Democracia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- SAWARD, Michael. Authorization and authenticity: representation and the unelected. The Journal of Political Philosophy, v. 17, n. 1, pp. 1-22, 2009;
- QUIJANO, Anibal sobre Colonialidade/ Descolonialidade do Poder, Paraguai, 2010 – disponível em: <https://youtu.be/sld-iPiGgmY>
- SAWARD, Michael. Authorization and authenticity: representation and the unelected. The Journal of Political Philosophy, v. 17, n. 1, pp. 1-22, 2009.
- SANCOVSKI, Beatriz. Sobre a noção de representação em S. Moscovici e F. Varela. Psicol. Soc. [online]. 2007, vol.19, n.2, pp.7-14. ISSN1807-0310.
- SETTON M.; SPOSITO, M. Como os indivíduos se tornam indivíduos? Entrevista com Danilo Martuccelli. Revista Educ. Pesqui., São Paulo, v. 39, n. 1, p. 247-267, jan./mar. 2013.
- SILVA, Áurea Carolina de Freitas e. Ampliando os limites do Estado: conflito e cooperação entre agentes estatais e da sociedade civil na luta por inclusão das mulheres jovens na agenda governamental. Dissertação de mestrado. Pós-Graduação em Ciência Política. UFMG. (2015)
- SILVA, Eduardo. As ressignificações da representação e da legitimidade política: um estudo sobre representantes no CEDCA-MG. Doutorado em Ciência Política, UFMG, Belo Horizonte 2013.
- SILVA, Suylan de Almeida Midlej e. Revista Sociedade e Estado - Volume 28 Número 1 - Janeiro/Abril 2013
- URBINATI, Nádia. Representação democrática. Lua Nova, São Paulo, 67, p. 191-228, 2006.
- YOUNG, Iris Marion. Representação política, identidade e minorias. Lua Nova, São Paulo, n. 67, pp. 139-190, 2006.
- 4º ATO INTERNACIONAL SIMULTÂNEO CONTRA O RACISMO E VIOLÊNCIA POLICIAL. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=zop1BsOoQhA&feature=youtu.be> Acesso em: 11 /07/2020

indicações para ver também a edição anterior de publicações como esta:

A retomada do trabalho de base com jovens (PDF) - <<http://www.ppgeduc.uemg.br/wp-content/uploads/2020/06/A-retomada-do-trabalho-de-base-com-jovens-acesso-p%C3%BAblico.pdf>>